

Demonstrações Financeiras 2020/1

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo
dos Magistrados, Membros e Servidores do
Poder Judiciário, do Ministério Público, da
Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do
Estado, da Procuradoria Geral do Município,
da Polícia Judiciária e Oficiais Registradores
no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um semestre prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros e Servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Município, da Polícia Judiciária e Oficiais Registradores no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros e Servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Município, da Polícia Judiciária e Oficiais Registradores no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris
CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

ATIVO	30/06/2020	31/12/2019	PASSIVO	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO	57.456	55.967	PASSIVO	47.753	47.142
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 04)	10.682	12.401	DEPÓSITOS	31.362	30.020
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	46.289	42.750	Depósitos à Vista	1.191	2.416
Relações Interfinanceiras Ativas	1	-	Depósitos a Prazo	30.171	27.604
Operações de Crédito (Nota 05)	44.291	40.951	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	14.097	13.750
Outros Ativos Financeiros (Nota 06)	1.997	1.799	Relações Interfinanceiras (Nota 10)	16	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 05)	(845)	(314)	Obrigações por Empréstimos	14.075	13.747
OUTROS ATIVOS (Nota 07)	224	49	Outros Passivos Financeiros (Nota 11)	6	3
INVESTIMENTOS (Nota 08)	900	879	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (Nota 12)	10	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 09)	361	354	OUTROS PASSIVOS (Nota 13)	2.284	3.372
INTANGÍVEL (Nota 09)	52	48	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.703	8.825
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES (Nota 09)	(207)	(200)	CAPITAL SOCIAL (Nota 14a)	7.639	6.328
			RESERVAS DE SOBRAS	984	984
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.080	1.513
TOTAL DO ATIVO	57.456	55.967	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.456	55.967

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros e Servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública,
da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Município, da Polícia Judiciária e Oficiais Registradores no Estado do Ceará - Sicredi
Cooperjuris
CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

Descrição das contas	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.759	4.753
Operações de Crédito	3.759	4.753
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.585)	(1.160)
Operações de Captação no Mercado	(504)	(669)
Operações de Empréstimos e Repasses	(591)	(507)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(490)	16
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.174	3.593
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.041)	(2.358)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	80	46
Rendas de Tarifas Bancárias	4	7
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(678)	(643)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(423)	(430)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(4)	(2)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 15)	331	423
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 16)	(351)	(1.759)
RESULTADO OPERACIONAL	1.133	1.235
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2)	1
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.131	1.236
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(2)
Provisão para Imposto de Renda	-	(1)
Provisão para Contribuição Social	-	(1)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(51)	(24)
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE	1.080	1.210

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros e Servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Município, da Polícia Judiciária e Oficiais Registradores no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris

CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	5.995	556	1.151	7.702
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	973	-	(1.146)	(173)
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	370	-	-	370
Baixas de capital	(752)	-	-	(752)
Resultado do período	-	-	1.210	1.210
Saldos no fim do período em 30/06/2019	6.586	556	1.210	8.352
Mutações do Período	591	-	59	650
Saldos no início do período em 01/01/2020	6.328	984	1.513	8.825
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.186	-	(1.502)	(316)
Outras destinações	-	-	(11)	(11)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	388	-	-	388
Baixas de capital	(580)	-	-	(580)
Juros sobre o Capital Próprio	317	-	-	317
Resultado do período	-	-	1.080	1.080
Saldos no fim do período em 30/06/2020	7.639	984	1.080	9.703
Mutações do Período	1.311	-	(433)	878

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros e Servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Município, da Polícia Judiciária e Oficiais Registradores no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris
CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
RESULTADO DO SEMESTRE APÓS AJUSTES AO RESULTADO	1.638	1.207
Resultado do semestre	1.080	1.210
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE	558	(3)
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	531	(19)
Depreciação e Amortização	11	11
Baixas do ativo permanente	6	4
Provisão para contingências	10	-
Dividendos SicrediPar	-	1
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(3.113)	(2.382)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	(1)	36
(Aumento) em operações de crédito	(3.340)	(5.441)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	16	124
(Aumento) em outros ativos financeiros	(198)	(405)
(Aumento) Redução em outros ativos	(175)	252
Aumento em depósitos	1.342	3.249
Aumento (Redução) em passivos financeiros	3	(43)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	328	(203)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(41)	(74)
(Redução) Aumento em outros passivos	(1.047)	123
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.475)	(1.175)
Aquisição de Investimentos	(21)	(70)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(17)	(153)
Aplicações no Intangível	(4)	(4)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(42)	(227)
Integralização de capital	388	370
Baixa de capital	(580)	(752)
Juros ao capital próprio	317	-
Distribuição de Sobras	(327)	(178)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(202)	(560)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.719)	(1.962)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	12.401	7.456
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	10.682	5.494

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros e Servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Município, da Polícia Judiciária e Oficiais Registradores no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/08/2006 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 30 de junho de 2020, está organizado por 109 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.919 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações da Resolução CMN nº 4.720/2019 e da Circular Bacen nº 3.959/19 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *Internacional Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de setembro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ (3) (2019 - R\$ 4) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	230	83
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	10.452	12.318
Total	10.682	12.401

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 99% do CDI (Dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	30/06/2020				Total da Carteira	31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer					Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Empréstimos e títulos descontados	258	2.601	6.227	34.888	43.974	40.678	
Financiamentos	-	24	73	220	317	273	
Total das Operações de Crédito	258	2.625	6.300	35.108	44.291	40.951	
Títulos e créditos a receber (i)	-	627	163	-	790	829	
Total de Outros Créditos	-	627	163	-	790	829	
Carteira Total	258	3.252	6.463	35.108	45.081	41.780	

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Nível A	0,50	42.649	40.330	213	202
Nível B	1,00	775	507	8	5
Nível C	3,00	266	640	8	19
Nível D	10,00	701	103	70	10
Nível E	30,00	4	164	1	49
Nível F	50,00	233	13	117	7
Nível G	70,00	82	4	57	3
Nível H	100,00	371	19	371	19
Total		45.081	41.780	845	314

NOTA 06 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	30/06/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (i)	790	829
Rendas a receber	62	49
Operações com cartões	8	12
Devedores por depósitos em garantia	1.137	909
Total	1.997	1.799

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito. A apresentação por prazo de vencimento pode ser evidenciada na Nota 05.

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	30/06/2020	31/12/2019
Outros valores e bens (a)	21	-
Adiantamentos e antecipações salariais	20	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	5	15
Adiantamentos para Confederação Sicredi (i)	7	-
Impostos e contribuições a compensar	5	4
Pendências a regularizar	20	30
Outros	146	-
Total Circulante	224	49

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	30/06/2020	31/12/2019
Despesas antecipadas	21	-
Total Circulante	21	-

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	30/06/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	790	790
Sicredi Participações S.A.	108	87
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros Investimentos	1	1
Total	900	879

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2020			31/12/2019
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	361	(159)	202	201
Imobilizações em curso	-	121	-	121	121
Instalações	10%	97	(86)	11	11
Móveis e equipamentos	10%	35	(18)	17	21
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	6	(4)	2	3
Equipamentos de processamento de dados	20%	102	(51)	51	45
Intangível (i)		52	(48)	4	1
Investimentos Confederação		4	-	4	-
Outros ativos intangíveis		48	(48)	-	1
Total		413	(207)	206	202

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30/06/2020	31/12/2019
Recebimentos e pagamentos a liquidar	16	-
Total	16	-

NOTA 11 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2020	31/12/2019
Recursos em trânsito de terceiros	6	3
Total circulante	6	3

NOTA 12 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 30/06/2020
Cível	-	10	-	10
Total	-	10	-	10

Em 30 de junho de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 2 (Dezembro de 2019 - R\$ 0).

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS

	30/06/2020	31/12/2019
Operações com cartões	715	771
Provisão para pagamentos a efetuar - Outros	1.122	895
Provisão para pagamentos a efetuar	115	97
Cotas de capital a pagar	48	32
Provisão para participações nos lucros	13	71
Fundo de assistência técnica, educacional e social	149	190
Demais obrigações sociais e estatutárias	-	378
Impostos e contribuições a recolher	84	40
Credores diversos	22	882
Demais fornecedores	16	3
Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	3
Pendências a regularizar	-	10
Total Circulante	2.284	3.372

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	7.639	6.328
Total de associados	1.341	1.294

Em 30 de junho de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 1.311 (Junho de 2019 – R\$591), sendo R\$ 1.503 (Junho de 2019 – R\$ 973) via integralização de resultados e R\$ 388 (Junho de 2019 – R\$ 370), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 580 (Junho de 2019 – R\$ 752).

NOTA 15 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de encargos e despesas	6	14
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	166	222
Reversão de provisões operacionais	91	77
Outras rendas operacionais	68	110
Total	331	423

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2020	30/06/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	-	1
Contribuições Cooperativistas	7	6
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	9	8
Contribuição Confederação Sicredi	143	63
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	121	143
Encargos da administração financeira	-	1
Repasse administradora de Cartões	3	4
Outras despesas de Cartões	25	15
Despesas de provisões operacionais	17	18
Despesas de provisões passivas	10	-
Outras despesas operacionais	16	1.500
Total	351	1.759

NOTA 17 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito. A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

Francisco Antonio Tavora Colares
Presidente
CPF: 016.836.815-33

Walberto Gomes Martins Filho
Diretor Administrativo
CPF: 641.759.243-49

Glauber Herbert Mauricio Maia
Diretor Financeiro
CPF: 007.015.713-81

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20